

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS.....	VII
APRESENTAÇÃO.....	IX
PREFÁCIO	XIII
1. INTRODUÇÃO	1
2. O CARÁTER NORMATIVO DAS PRESUNÇÕES TRIBUTÁRIAS	5
2.1 Delimitação de normas jurídicas	8
2.1.1 Visão de norma como documento normativo	10
2.1.2 Concepção da construção da norma pelo intérprete.....	13
2.2 Estrutura das normas jurídicas	17
2.2.1 Norma e sanção	18
2.2.2 O suporte fático normativo e seus elementos	20
2.2.2.1 <i>Elementos estruturais nucleares da norma</i>	<i>22</i>
2.2.2.2 <i>Elementos estruturais complemen- tares da norma</i>	<i>23</i>
	XVII

PRATICIDADE FISCAL NAS PRESUNÇÕES TRIBUTÁRIAS

2.2.2.3 <i>Elementos estruturais integrativos da norma</i>	23
2.3 Presunções tributárias.....	24
2.3.1 Conceito e alcance das presunções em matéria tributária.....	26
2.3.2 Análise das presunções como normas jurídicas	35
3. PRATICIDADE FISCAL	37
3.1 A relação entre Estado e tributo: poder e dever	39
3.2 Padrões fiscais: noções gerais.....	43
3.3 Finalidade precípua da praticidade fiscal: a igualdade.....	48
3.4 Elementos estruturais condicionantes das padronizações fiscais.....	55
3.4.1 Necessidade administrativa.....	57
3.4.2 Universalidade (generalidade do padrão)	60
3.4.3 Compatibilidade.....	62
3.4.4 Neutralidade	64
3.4.5 Não excessividade.....	65
3.4.6 Ajustabilidade ou reversibilidade.....	68
3.5 Instrumentos de praticidade fiscal.....	72
3.5.1 Natureza principiológica dos instrumentos de padronização fiscal	72
3.5.2 Mecanismos de veiculação dos padrões fiscais	75
3.5.2.1 <i>Abstrações generalizantes</i>	77
3.5.2.1.1 <i>Presunções e ficções</i>	78
3.5.2.1.2 <i>Conceitos jurídicos indeterminados</i>	82

3.5.2.1.3 <i>Cláusulas gerais</i>	83
3.5.2.1.4 <i>Normas em branco</i>	84
3.5.2.1.5 <i>Normas de simplificação</i>	86
3.5.2.2 <i>Analogia</i>	88
3.5.2.3 <i>Privatização da gestão tributária</i> ..	89
4. LIMITES ÀS PRESUNÇÕES PELA PRATICIDADE FISCAL	91
4.1 Limitações ao poder tributário: noções gerais...	91
4.2 Limites às presunções tributárias	95
4.2.1 Princípio da Justiça.....	96
4.2.2 Capacidade contributiva.....	98
4.2.3 Igualdade tributária.....	99
4.2.4 Fundamentos da praticidade e razoabilidade	100
4.2.5 Formais e materiais	103
4.3 Controle das presunções inválidas	103
4.3.1 Validade e invalidade das presunções	103
4.3.2 Mecanismo de controle.....	109
4.3.3 Controle do ato administrativo pelo Judiciário	115
5. CONCLUSÕES	123
REFERÊNCIAS	129